

FORMAÇÃO E PERFIL ESTUDANTIL: aproximações com vistas à permanência do estudante

Maria Das Graças Martins da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso,
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Jackeline Nascimento Noronha da Luz
Universidade Federal de Mato Grosso,
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Patrícia Simone Nogueira
Universidade Federal de Mato Grosso,
Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Resumo

O texto visa a refletir sobre a formação acadêmica, o perfil e a permanência do estudante, considerando certas políticas públicas no contexto das universidades federais. O debate da formação é enfatizado na sua dimensão político-filosófica, acreditando-se que pode contribuir para a permanência do estudante, atentando-se ao seu perfil por meio da análise de dados do FONAPRACE/ANDIFES. Conclui-se que um processo formativo crítico e que reflita a sua realidade pode estimular a conservação do discente no curso, na medida em que o integre e o faça se reconhecer como pertencente do meio acadêmico.

Palavras-chave: Formação; Permanência; Perfil do estudante.

FORMATION AND STUDENT PROFILE: approaches for the permanence of the student

Abstract

The aim of this text is to reflect about the academic formation, profile and permanence of the student, taking into account some public policies in the context of federal universities. The formation debate is emphasized in its political and philosophical dimension, considering that it can contribute to the stay of the student according to his/her profile, which is showed through the data from FONAPRACE/ANDIFES. It is concluded that a critical training process, which reflects the reality, can motivate the permanence to the extent that integrates and recognizes him/her in the academic field.

Keywords: Formation; Permanence; Student profile.

FORMACIÓN Y PERFIL ESTUDIANTIL: planteamientos con vistas a la permanencia del estudiante

Resumen

El texto tiene como objetivo reflexionar sobre la formación académica, el perfil y la permanencia del estudiante, considerando ciertas políticas públicas en el contexto de las universidades federales. El debate de la formación se enfatiza en su dimensión político-filosófica considerándose que puede contribuir a la permanencia del estudiante atendiendo a su perfil, el cual se muestra mediante datos del FONAPRACE/ANDIFES. Se concluye que un proceso formativo crítico y que refleje la realidad puede estimular la permanencia en la medida que lo integre y que sea reconocido en el medio académico. Palabras clave: Formación; Permanencia; Perfil del estudiante.

Introdução

A pesquisa tem por objetivo refletir sobre a possível articulação entre a formação acadêmica, o perfil estudantil e a permanência do estudante, levando em conta determinadas políticas educacionais no contexto das universidades federais.

O debate da formação do discente, aqui enfatizado na sua dimensão político-filosófica, justifica-se nas reflexões acerca da permanência estudantil na medida em que se trata de fixar sua presença na instituição formadora e de concluir a sua trajetória. Tudo isso em uma perspectiva de apropriação de conhecimento humanista e profissional.

Nesse sentido, é oportuno indagar quais objetivos educacionais movem as instituições formadoras de modo orgânico, vivo, e não meramente compondo registros formais fixados em planos de desenvolvimento institucional, de ensino, de cursos, de pesquisa, de extensão, de relatórios, de documentos etc. Com isso, postula-se que os objetivos, as metas e os resultados, muitas vezes formulados para atender editais ou protocolos institucionais, tenham ligação com a realidade, de modo que o concebido seja buscado com insistência no

plano material e em uma mediação teimosa com a prática. Evidentemente, são questões complexas, cujos processos são abrangentes e dependentes de situações localizadas.

Esses e outros feixes de questões remetem à função social da educação definida historicamente sob o embate de interesses. É sempre oportuno pontuar que as múltiplas relações sociais são estabelecidas e reguladas pela sociabilidade capitalista, a qual tende a subordinar o processo educativo à reprodução do modelo social.

Nesse sentido, mesmo sendo uma forma específica de os seres relacionarem-se, a educação constitui uma prática social que se define a partir *do* e *no* conjunto das relações sociais. Assim como o capitalismo apresenta no curso da história formas distintas de se organizar, realizando adaptações às suas necessidades de sustentação, também a educação vai se transformando. Porém, não significa que ela se submeta de forma passiva ao sistema social dominante. O que existe é uma subordinação relativa, tensa, devido à sua *natureza*, já que ela pretende o conhecimento e se inclina à busca da verdade. Portanto, tende a desacomodar, a perturbar, a desafiar a ordem estabelecida.

Nessa esteira, entendemos que a reflexão sobre a formação pode conectar-se com a da permanência do estudante. Conforme se mostra adiante, os números da não permanência nas universidades federais são alarmantes (em 2016, por exemplo, 53,01% dos estudantes concluíram os estudos¹). Com o apoio de pesquisas, podemos inclusive supor que a ação educativa afeta o processo de fixação do discente (SILVA; NOGUEIRA, 2015).

¹ A taxa de conclusão é calculada a partir da relação entre o ingresso e a conclusão, transcorridos quatro anos do percurso acadêmico.

Em seus estudos sobre evasão nos cursos de graduação, Veloso (2000) já destacava a importância de ações institucionais sobre a permanência do estudante nas universidades públicas, argumentando que sua ausência era um dos fatores que contribuía para a evasão estudantil. A autora defendia a necessidade de as instituições de ensino realizarem acompanhamento do desempenho do estudante, proporcionando-lhe apoio psicopedagógico e orientação acadêmica.

Ainda a esse propósito, evidenciamos a pesquisa realizada por Primão (2015) sobre os motivos da permanência de concluintes de um curso em uma universidade federal. O estudo mostrou que, para os estudantes de baixa renda, a assistência estudantil foi importante. Contudo, chamou-lhe a atenção que para eles, assim como para os que possuíam condição social mais favorável, a qualidade educacional foi determinante para a permanência, motivando-os a prosseguir e enfrentar situações adversas na academia. Os dados mostraram que o prazer encontrado na aquisição do conhecimento, os bons professores e as experiências positivas na universidade contribuíram para transpor algumas dificuldades, como a financeiras e a de aprendizado, e, assim, promover a conclusão dos estudos.

Tais pesquisas alertaram-nos para a importância de evidenciar e de entender a possível articulação entre a formação, o perfil e a permanência/conclusão dos estudos do estudante universitário.

Acreditamos que o referido foco investigativo requer o olhar para duas políticas da educação superior que afetaram esse ambiente em tempos recentes, embora admitindo que outras, igualmente, mereceriam atenção, a exemplo do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

As políticas destacadas em particular no texto são: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que propôs a ampliação da oferta de educação pública superior com o aumento de vagas para ingresso nas universidades federais (BRASIL, 2007) e a Lei n.º 12.711/2012 que trata de questões raciais e sociais referentes à ampliação da presença de grupos vulneráveis socialmente na educação superior com possibilidade de ingressar de maneira diferenciada.

Supomos que tais medidas criaram uma realidade singular no meio acadêmico, levando-se em conta o perfil do estudante que ingressa. Nessa direção, entendemos ser pertinente questionar *quem é* esse estudante, pois, possivelmente, a resposta projeta situações novas ou específicas no processo formativo.

Para corroborar, pesquisa realizada por Britto et al. (2008) estuda concepções de conhecimento e o novo estudante das instituições de educação superior periféricas. O estudo toma como objeto os estudantes que ingressam a partir do ingresso em *massa* no ensino superior e que provêm de segmentos sociais excluídos até pouco tempo. Os autores concluíram que o referido modelo de discente comumente é o primeiro de uma geração familiar a obter longa escolaridade, não dispõe de tempo para estudar, raramente participa de atividades fora da sala de aula e possui escassa convivência com a arte e com a intelectualidade pertencente à cultura hegemônica.

Afirmam os autores que o citado perfil contraria ao do estudante universitário *clássico*, cuja imagem (dominante no meio acadêmico) corresponde àquele que dispõe de tempo para estudar, possui idade escolar adequada, formação intelectual condizente, apoio e financiamento familiar e bem como disposição para atender às atividades requeridas. Os pesquisadores entendem que,

mirando nesse discente ideal (diverso daquele que ascende à educação superior em termos gerais), o conhecimento veiculado concentra-se no instrumental, no pragmático e no normativo, bem como na conformação às demandas de mercado.

Sob tais motivações, tendo em vista o objetivo proposto, buscamos localizar o perfil de estudante presente no espaço acadêmico, particularmente nas universidades federais. Recorremos aos dados do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE)², coletados no ano de 2014 e produzidos e publicados no ano de 2016. Neles há o mapeamento de um retrato pormenorizado desses sujeitos no contexto das universidades federais. Trata-se de um estudo desenvolvido desde 1994³ e consagrado pela riqueza de informações oferecidas. Além disso, vale ressaltar que essa pesquisa inclusive desconstrói a ideia de que os estudantes das universidades federais sejam majoritariamente oriundos de classe abastada.

O estudo referenciado no presente texto denomina-se IV Pesquisa Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, que

[...] reúne as características socioeconômicas básicas dos estudantes de graduação das universidades federais, atendidos nas cinco regiões geográficas. Dando continuidade ao que já vinha sendo desenvolvido pela entidade, tal diagnóstico, implementado em 2014, refere-se à IV atualização, feitos quatro anos após a última pesquisa. (ANDIFES, 2016, p. XI).

² O Fonaprace reúne pró-reitores, decanos e responsáveis por assuntos comunitários e estudantil das instituições de ensino superior públicas do Brasil e se vincula à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)(FONAPRACE, 2016).

³ Em 1994, realizou-se o primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais no Brasil. Seguiu-se o II Levantamento, realizado em 2004, o III Levantamento, em 2011 e o IV Levantamento, em 2014.

Em suma, acredita-se que a formação acadêmica pode repercutir na permanência do estudante e, para melhor desvelar a questão, as características do perfil desses acadêmicos precisam ser consideradas.

Formação acadêmica: ponto de partida

De modo muito breve, encontra-se em Saviani referência para o entendimento da formação, abrindo caminho para indagações como: acessar a educação superior para quê e de que forma?

Saviani (2000, p. 38) entende a educação como o processo de comunicação entre as pessoas livres em graus diferentes de maturação humana. Essa troca visa à promoção humana e torna as pessoas “cada vez mais capazes de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração” entre todos.

Em tal perspectiva, a educação (ou a promoção humana), ao se realizar, forma o ser e humaniza-o. Devido à coincidência dessas acepções, Saviani (2000) argumenta que, no plano formal, os conceitos de educação e de formação humana poderiam ser abordados como sinônimos, afinal, visam ao mesmo fim. Configuraria, assim, um pleonasma usar a expressão *educação com formação*.

Todavia, registra o autor, há o fato de que, ao passar ao plano concreto, a educação se processa não como formação, mas como deformação, o que dá sentido à distinção entre ambas para que seja possível entender ou dimensionar, efetivamente, se a educação se configura como um processo de formação humana. É o caso, por conseguinte, de indagar: a educação produz formação humana ou *deformação*?

Saviani (2000) então nos desperta para os *objetivos*, ou seja, para aquilo que sintetiza o esforço humano em transformar o que *deve ser* no que é.

E determinar objetivos implica em definir prioridades, decidir sobre o que é válido e o que não é válido. [...] Com efeito, um objetivo define aquilo que ainda não foi alcançado, mas que deve ser alcançado. [...] Os objetivos indicam alvos de ação. (p. 36).

A contradição aflora quando há oposição entre o ideal projetado e a realidade negadora desse projeto. Em uma sociedade com uma estrutura desigual profundamente enraizada é possível elaborar objetivos estrategicamente definidos - como a promoção humana - capazes de serem alcançados nas ações práticas?

Duarte e Saviani (2012, p. 4, grifos nossos) respondem que se não existem condições para a socialização plena do conhecimento pela escola na sociedade burguesa é possível que “se efetivem ao máximo, *ainda nessa sociedade*, as possibilidades de ensino e de aprendizagem dos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos.” Assim, mesmo sem o poder de transformar revolucionariamente a sociedade, a instituição escolar abriga a dimensão do esclarecimento e da crítica, tão essenciais para constituição de processos transformadores. Dessa forma, não perde força o sentido propositivo e transformador embutido na ideia de formação.

Duarte (2003) explica que estar no mundo e evoluir é *apropriar-se* do existente (do que foi *objetivado*, produzido), transformá-lo e construir novas relações. A apropriação individual é realizada a partir da síntese das atividades humanas, mediando a produção individual com a coletiva. Por isso, a formação do indivíduo, sendo um ato de apropriação do que existe no mundo, é uma *prática social e histórica*, que decorre do processo de objetivação e de apropriação.

Esse processo resulta da sua integração com o *outro* e da sua relação com o mundo concreto.

Nessa dinâmica, produz-se a educação. Idealmente, ela possui duas direções convergentes: em relação aos elementos culturais indispensáveis à humanização do *gênero humano* e em relação à humanização de cada *indivíduo*. Ela, pois, origina-se e se define a partir de um processo concomitante de acumulação e de criação, do legado de gerações passadas e do que se renova e se reconstrói. Surge daquilo que percorre a humanidade e do que se cria originalmente a partir de cada indivíduo singular.

Com isso, queremos destacar que a educação é concebida como um reconhecimento de si no e com o outro. É uma constituição particular que se *estende*, é um *tornar-se*. Isso significa conceber o indivíduo como universal, livre, consciente, transcendente, pertencente ao gênero humano e em processo permanente de construção criativa (perspectivas que significam negar o individualismo, a desigualdade, a alienação). Contudo, educação não supõe negação das condições produtivas, sendo ela desafiada a fazer mediação com a profissionalização. Trata-se, ao cabo, de um instrumento social que abriga intenções e práticas, ajudando a forjar determinado ser e determinada realidade.

Coadunando com essa perspectiva geral, podemos evidenciar o que Saviani (2000, p. 181) entende como tarefa para a educação superior. Para ele, cabe-lhe formar profissionais no sentido das profissões, da ciência, da tecnologia, não se esgotando apenas nisso, visto que, independente do tipo de profissão em foco, “formula-se a exigência da organização da cultura superior como o objetivo de possibilitar a toda a população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo.”

Aquilo que em Saviani aparece como formação humana e cuja finalidade é a promoção humana, em Manacorda (2007) se expressa como *onilateral*, significando o contrário de unilateralidade ou de alienação. Representa o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.” (p. 87). Continua afirmando:

A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2007, p. 90).

Eleger um ideal não significa que existam relações sem conflito. É preciso reconhecer os antagonismos e perceber que o projeto emancipatório se opõe à formação social divisora do trabalho e definida por classes sociais. Além disso, certificar-se de que o oposto da formação onilateral é a alienação, porque contraria a manifestação da vida em sua plenitude e em seus compartilhamentos.

O ideal de ser humano, pois, articula-se às condições objetivas, ou seja, às relações de produção nas quais esse ser interage, constitui-se, forma-se. Assim sendo, é impossível compreender a formação (educação) fora da história, da materialidade que a produz.

Sob esses entendimentos, observamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), no art. 52, define a universidade como instituição de “formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.” Por essa via, poder-se-ia apostar na presença do pensamento autônomo, crítico, criativo (onilateral), ou seja, garantias que não são dadas na realidade, até porque, para que fossem

garantidas, implicaria a superação da sociedade pautada no sistema do capital. Portanto, o que há a refletir sobre o espaço educativo precisa levar em conta que as instituições de ensino brasileiras se vinculam à base econômica da sociedade, inclusive, como já pontuamos, pela formação de profissionais para o mercado de trabalho. No conjunto, tais elementos produzem a veiculação de um conhecimento e de uma formação contraditórios, e dessa forma que precisamos considerá-la, a fim de não nos perdermos em idealizações que não atentem à materialidade dos fatos.

Nesse caso, consideramos pertinente trazer as análises de Oliveira (2001) como complemento ao que é abordado. Tendo em vista que as contradições se desenvolvem nas relações sociais - porque a elas são inerentes - o autor examina a passagem histórica que alterou as finalidades da produção do conhecimento. Sobre isso, ele designa como trânsito do campo do conhecer autônomo para a dominação do conhecimento. Afirma, então, que a constituição das especializações do conhecimento (no contexto do Iluminismo) favoreceu tal passagem, desencadeada pela substituição da liberdade do conhecimento para a posse de poder a quem detinha os códigos de acesso a ele. Com isso, acirrou-se o deslocamento do *conhecimento desinteressado* (de longo alcance, universal, não particular) para o conhecimento pragmático, privado.

Por outro lado, o autor ressalta que esse movimento também produziu a perda do espaço público, forjando a afirmação da individualidade. Desde então, uma nova síntese foi se constituindo, na qual o conhecimento “passa a ser capaz de moldar a própria reprodução da sociedade”. Nesse momento, ela se torna uma *mercadoria*, “[...] e uma mercadoria só se reproduz pela mimese, pela sua homogeneidade; a mercadoria recusa a diferença, recusa o diverso, recusa o

plural.” (OLIVEIRA, 2001, p. 127). É quando o capital se apossa desse conhecimento.

Isso foi objetivado de uma forma específica, não como qualquer mercadoria, mas como *indústria cultural*, implicando mudança relacionada ao sentido do conhecimento e passando a representar *informação* e a provocar perda do seu sentido radical, da interlocução, do convívio. Tudo é convertido em informação, operando-se uma espécie de intoxicação de informações sem paralelo, afirma o autor. Por isso, não há mais conhecimento, há *comunicação*.

Esta é a indústria cultural como movimento mimético que repete, repete, repete e não aprofunda em nada o conhecimento. Este movimento do real nos escapa sob toneladas de informações. No momento em que a transformação do conhecimento – na verdade seu simulacro – se reduz à informação, o que acontece com o intelectual? E, na outra ponta, o que acontece como o espaço público? O intelectual deixou de ser intelectual; é um comunicador. (OLIVEIRA, 2001, p. 128).

Nessa síntese, Oliveira (2001) mostra-nos que o esvaecer da crítica e a disseminação do conhecimento operacional, pragmático e privado, ambos ressaltados na atualidade, possuem raiz histórica.

Pode-se dizer que a universidade moderna contribuiu para legitimar tal processo, acompanhando as transformações sociais realizadas desde a revolução francesa e a industrial, as quais exigiam conhecimentos úteis e de aplicação imediata. Isso foi sendo implantado por meio da preparação para o exercício profissional, da inserção da ciência no currículo, da produção da pesquisa e da técnica. Mudanças dessa ordem foram seguidas pela ampliação em *massa* do ingresso de estudantes e pelo oferecimento do ensino superior por empresários. Como seria de esperar, no processo, foram afetadas as estruturas e o próprio sentido das instituições formadoras.

Não obstante, há de ponderar que a diversidade institucional e os vários interesses que lhe constituem representam ou promovem a ideia de que “é um dos únicos espaços sociais que funcionam com a compreensão radical das coisas e da busca da verdade.” (BRETON, 2003, p. 23 apud DIAS SOBRINHO, 2005, p. 127). Entendemos essa característica como indutora de reações e de mudanças, podendo questionar ou alterar o estado daquilo que possui raiz histórica.

As reflexões ora evidenciadas, embora em breves apontamentos, sem a necessária profundidade, nem sempre configuram objeto de atenção no meio acadêmico. Contudo, entendemos a sua importância, inclusive para que se possa ter maior clareza sobre o difícil e o complexo processo implicado na formação e, assim, resgatar o sentido emancipador do conhecimento.

Feitos esses alinhavos, voltamo-nos para o protagonista desse processo: o estudante. Afinal, entendemos que sem o conhecer e sem o caracterizar a utopia da formação tende a não se realizar.

O perfil do estudante: esboço de uma realidade

A política de expansão de vagas (Reuni) impulsionou a presença do estudante nas universidades federais, segundo dados da tabela 1 (indicadores de vagas, inscritos, ingressos e matrículas). Por outro lado, paradoxalmente, também ocorre o declínio anual da taxa de concluintes, com uma ligeira reação no ano de 2016, embora também abaixo do que se apresentava em 2007.

Ano	Instituições	Vagas	Inscritos	Ingressos	Matrículas	Concluintes	Taxa de Conclusão
2007	55	139.875	1.188.613	136.834	578.536	84.674	77,72
2008	55	150.869	1.234.479	145.062	600.772	79.764	69,46

2009	55	186.984	1.177.317	184.708	696.693	86.348	66,28
2010	58	218.152	1.936.658	222.126	763.891	88.106	64,39
2011	59	231.530	2.977.983	224.950	842.606	92.429	63,72
2012	59	239.942	3.804.214	238.594	885.716	89.709	48,57
2013	62	245.933	4.235.198	233.693	932.263	99.343	44,72
2014	63	251.748	5.272.745	233.667	958.659	108.862	48,39
2015	63	260.227	5.496.373	236.593	996.043	112.667	47,22
2016	63	258.097	4.868.321	237.575	1.018.185	123.889	53,01

Tabela 1. Número de instituições, vagas, inscritos, ingressos, matrículas, concluintes e taxa de conclusão das universidades federais. Brasil. 2007-2016. (Fonte: Censo da Educação Superior. INEP).

O incremento de inscritos e de matriculados, aliado à política que incentivou a inserção de segmentos sociais oriundos da escola pública, de renda mínima e dos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, Lei n.º 12.711/2012, sinaliza nas universidades, igualmente, o crescimento quantitativo de um perfil de estudante com especificidades. Então: que estudante é esse?

Dadas as limitações que ao texto se impõem, reduzimos os indicadores que o caracterizam na pesquisa original do Fonaprace. No recorte que se fez necessário, optamos por destacar: cor ou raça, renda bruta familiar, escolaridade da mãe e do pai, situação do trabalho, ensino médio cursado, forma de ingresso, participação em atividades ou programas acadêmicos e inserção em programas de assistência ao estudante.

Pelo exposto, aqui se mostra um esboço abreviado da realidade estudantil. De certo, outras informações seriam necessárias para compor um perfil mais apurado. Contudo, supomos que se estabelece um ponto de partida, levando em conta a proposta de refletir a articulação entre o perfil, a formação e a permanência dos estudantes.

Feitas essas ressalvas, no recorte indicado, o perfil dos estudantes da pesquisa do Fonaprace assim se apresenta:

a) Quanto à cor ou à raça: 45,67% eram brancos; 37,75%, pardos; 9,82%, pretos; 2,34%, amarelos; 0,64%, indígenas e 3,78% não declararam a cor.

b) Em relação à renda bruta familiar: 1,06% não tinha renda; 35,59% recebiam até 2 salários mínimos; 32,95% entre 2 e 5; 14,01% entre 5 e 8; 5,8% tinham renda entre 8 e 10 salários mínimos e 10,6% de mais de 10 salários mínimos.

c) Quanto à escolaridade da mãe: 0,21% não tiveram mãe ou pessoa que tivesse exercido tal papel; em 2,34% dos casos, a mãe não tinha instrução; 1,69% eram sem instrução, mas sabiam ler e escrever; 23,38% tinham ensino fundamental incompleto; 4,85%, ensino fundamental completo; 5,46%, ensino médio incompleto; 27,41% concluíram o ensino médio; 6,01%, ensino superior incompleto; 18,14%, ensino superior completo e 10,51% eram especialistas, mestres ou doutores.

d) Quanto à escolaridade do pai: 3,99% não tiveram pai ou pessoa que tivesse exercido esse papel; em 2,88% dos casos, o pai não tinha instrução; 2,15% não tiveram instrução, mas sabiam ler e escrever; 26,81% possuíam ensino fundamental incompleto; 5,75%, ensino fundamental completo; 5,44% possuíam ensino médio incompleto; 25,04%, ensino médio; 5,77% possuíam ensino superior incompleto; 15,03% concluíram o ensino superior e 7,13% tinham especialização, mestrado ou doutorado;

e) Em relação à situação de trabalho: 34,34% declararam que não trabalhavam e que estavam procurando; 32,94% trabalhavam com remuneração; 30,27% não trabalhavam e não estavam procurando e 2,45% têm um trabalho não remunerado.

f) Quanto à escola em que cursou o ensino médio: 60,16% cursaram o ensino médio somente em escola pública; 3,86% realizaram a maior parte em escola pública; 31,49% cursaram o ensino médio integralmente em escola particular e 4,49%, a maior parte em escola particular.

g) Quanto à forma de ingresso: 63,99% ingressaram pela ampla concorrência; 10,19%, por meio da cota de escola pública, independente da renda; 9,72%, por cotas de escola pública/pretos/pardos/indígenas/renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos; 6,24% entraram por meio da cota de escola pública/pretos/pardos/indígenas/independente de renda; 6,03%, pelas cotas de escola pública/renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos; 0,37% entraram por outra cota (pessoa com deficiência etc.) e 3,46% não responderam.

h) Quanto à participação em atividades ou programas acadêmicos: 12,55% fizeram estágio; 11,49% participaram de pesquisa; 8,74% participaram de atividades de ensino; 5,87%, de atividades de extensão; 2,46% atuaram no Programa de Educação Tutorial (PET); 2,06% participaram de empresa júnior; 7,76% participaram de outras atividades e 49,08% não participam de nenhuma atividade acadêmica extraclasse.

i) Em relação aos programas de assistência ao estudante oferecidos: 44,22% tiveram acesso ao Programa de Alimentação, por meio do restaurante universitário, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro; 22,54% participaram de Programa de Inclusão Digital (com acesso a dispositivos como computadores, tablets ou cursos); 18,39% participaram de programas de transporte; 15,2% tiveram acesso ao Programa Bolsa Permanência; 11,74% participaram de programas de moradia (moradia estudantil, bolsa ou auxílio financeiro); 11,36% conseguiram bolsa da própria universidade para permanência; 10,07%

participaram dos programas de cultura (apoio para participação ou organização de eventos ou aquisição de materiais); 9,0% tiveram atendimento médico; 5,46% participaram de programas de apoio pedagógico; 5,05%, de programas de atendimento psicológico; 4,58% tiveram acesso a programas de atendimento odontológico; 4,35% participaram do Programa de Bolsa Permanência do MEC; 3,97% participaram de Programas de Esporte e Lazer (acesso à bolsa, apoio financeiro para participação em atividades, aquisição de materiais ou atividades de esporte e lazer oferecidas pela instituição); 1,13% participou de programas que davam apoio aos estudantes com deficiência (acesso às tecnologias assistidas, apoio financeiro, tutor, monitor e intérprete); 0,48% participam do “Promisões”/PEC-G (programa de bolsa para estudantes estrangeiros) e 0,46% tiveram acesso à creche ou ao auxílio-creche.

Com base nos dados, uma síntese do perfil predominante do estudante das universidades federais assim se configura: possui cor branca, embora a soma dos pardos e dos pretos ultrapasse (47,57%) essa cor; possui renda bruta familiar de até 2 salários mínimos; a mãe concluiu o ensino médio, ao passo que o pai possui o ensino fundamental incompleto; não trabalha, entretanto procura emprego; é oriundo de escola pública; ingressou na instituição pela ampla concorrência; participa de Programa de Alimentação por meio de acesso ao restaurante universitário.

Na composição resumida do perfil do estudante, optamos por não considerar como prevacente a participação em atividade ou em programa acadêmico, afinal, apenas a metade dos discentes participa.

Diante disso e com base naquilo que se destaca, algumas pistas nos levam a ponderar sobre os sentidos da formação, com vistas a sua permanência. Estamos observando, por exemplo, que a baixa renda o caracteriza

predominantemente, o que remete às condições objetivas para que desenvolvam os estudos de forma satisfatória. E, nesse bojo, podemos listar o tempo para o estudo, a aquisição de material (livros, equipamentos eletrônicos, jaleco, fotocópias etc.), o transporte utilizado, a participação em eventos (em geral pagos), entre tantos outros elementos que envolvem a condição das pessoas de baixa renda perante os desafios acadêmicos.

Podemos indagar, ainda, a respeito dos antecedentes desse estudante, considerando a escolaridade familiar (mediana ou reduzida) e a vida escolar pregressa em escola pública, o que nos remete às implicações devidas aos baixos investimentos dos governos na educação escolar.

Outrossim, é possível indagar sobre a condição desse estudante que *não trabalha, mas procura emprego* (trabalhador em potencial), diante da realidade das universidades federais, onde predominam os cursos no diurno⁴. Isso, em tese, o impede ou traz limitações, já que ele precisa trabalhar. E, junto, presumimos que existam aflições decorrentes dessa necessidade de suprir carências básicas de sustento, o que pode interferir na sua concentração nos estudos.

Inquirimos, igualmente, sobre a premência de acesso à assistência estudantil, incluindo bolsas, restaurante universitário e casa estudantil em tempos de aprovação da Emenda Constitucional n.º 95. Essa iniciativa do governo Temer limita drasticamente a aplicação de recursos nos serviços públicos por um período de 20 anos, o que afeta diretamente as políticas educacionais. A medida promove situações dramáticas nas universidades federais, haja vista as

⁴Observa-se que 64,27% dos cursos de graduação presenciais das universidades federais são ofertados em período diurno (integral, matutino e vespertino), conforme os microdados do Censo da Educação Superior de 2016.

demandas decorrentes do crescimento estudantil (alavancadas pelo REUNI) e de assistência estudantil (impulsionadas pela lei das cotas).

O movimento de expansão de matrículas e cursos – caso do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – é refreado em função dos ajustes, o que compromete o direito à educação, além de deixar às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, *campi* e forte interiorização, sem financiamento para a devida consolidação. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2018, p.6).

Nesse último ponto, não se destacam as recorrentes greves estudantis em prol de melhorias, em particular no que se refere aos restaurantes universitários. Isso aconteceu em julho de 2018 na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujos estudantes permaneceram⁵ em protesto por mais de dois meses, com pauta reivindicatória principal sobre o valor da alimentação.

Como exemplo, citamos outros casos⁶ de mobilização estudantil (greve, estado de greve, ocupação de prédio) com vistas ao acesso ao restaurante universitário no ano de 2015: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual Paulista, campus de Franca. São fatos que expressam a precariedade a que se submete o estudante universitário, possivelmente comprometendo a sua permanência e resultando no declínio da conclusão do curso, como revela o dado apresentado na Tabela 1. Isso tende a ser potencializado pela origem predominante dos alunos oriundos da escola pública, os quais exigem, por conseguinte, maiores demandas a serem supridas.

⁵ Disponível em: <circuitomt.com.br/.../130842-estudantes-da-ufmt-realizam-assembleia-e-decidem-per...>. Acesso em: 10 jul. 2018.

⁶ As notícias das mobilizações estudantis mencionadas foram obtidas nos endereços eletrônicos seguintes, acessados em 10 de julho de 2018: <<https://www.gazetadopovo.com.br/.../estudantes-ocupam-predio-da-reitoria-da-ufpr-0...>>; <<https://juntos.org.br/2015/06/manifesto-estudantil-de-deflagracao-de-greve-na-ufms/>>; <www.esquerdadiario.com.br/Estudantes-da-Unesp-de-Franca-entram-em-estado-de-gr...>.

Em relação à forma de ingresso, nosso estudante predominante ingressou pela ampla concorrência (63,99%). Nesse caso, atentamos que a coleta de dados do Fonaprace realizou-se em 2014, quando recém fora implementado o sistema nacional de cotas (2012). Dessa maneira, ressaltamos que o seu impacto ainda era limitado e entendemos que, no decorrer dos anos, haverá crescimento no ingresso dos cotistas em relação ao da ampla concorrência.

Por fim, examinamos a participação em atividades ou em programas acadêmicos e nos deparamos com uma participação distante do desejado, afinal, o princípio básico da universidade é articular o ensino com a pesquisa e a extensão. Observamos que cerca da metade dos estudantes, em sua trajetória acadêmica, não vivencia essas enriquecedoras experiências que tanto poderiam contribuir para a sua permanência nos estudos.

Conclusões preliminares

Conforme foi pontuado, a educação objetiva-se nas relações sociais de forma sistemática e intencional, como no caso da produção e na veiculação do conhecimento gerado nas universidades federais. Nesse ponto, pode-se evocar a LDB, no artigo 43, alínea I, em que nomeia como uma das finalidades da educação superior o “desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo.” No entanto, que ressonância haverá na realidade se não existir sintonia fina entre os objetivos educacionais e a sua concretização, cuja base está no financiamento público? Nisso, esbarramos na medida governamental que retrai investimentos públicos e põe no limbo as políticas sociais, conforme já foi mencionado. Sua vigência desfigura objetivos emancipatórios, podendo convertê-los em *letra morta* e é sob esse horizonte nebuloso que a academia é

desafiada a rebelar-se, a recriar-se, a reconhecer seus estudantes em seus contextos e diante de suas necessidades.

Enfatizamos que muitas das lacunas apresentadas pelas instituições públicas de ensino se relacionam ao seu provimento financeiro. Submetidas aos recursos da União (ou das unidades da federação, no caso de instituições estaduais), as universidades públicas se veem na condição de lançar-se à luta pela sobrevivência. Entrementes, a realidade objetiva pede olhares, decisões e intervenção no plano institucional.

O texto ensaiou o debate dos fundamentos da formação na intenção de refletir sobre a sua possível influência na permanência de um estudante específico. Para tanto, é fundamental o desafio de conhecê-lo para formá-lo e para promover estímulos visando à sua continuidade nos estudos. O intento foi trazer à tona elementos conceituais para o debate e, ao mesmo tempo, destacar o perfil resumido do estudante *real* que compõe o cenário das universidades federais. A partir daí, suscitar pautas que cercam a formação propiciada/produzida nesse ambiente que possam influenciar a conclusão dos seus estudos.

Na síntese dos dados do perfil, há sinalizações do ingresso de um determinado estudante. Por isso, realidades desafiadoras se apresentam sobre o conhecimento transmitido e produzido e sobre as abordagens político-pedagógicas requeridas. Nesse bojo, os fundamentos da formação podem explicar a sua realidade e a sua posição no mundo, além de prever aquilo que está por se constituir no contexto da sua profissão.

Diante disso, que realizações estão ao alcance da comunidade universitária objetivamente? Ao refletir sobre as condições da permanência do estudante,

sobretudo daqueles que possuem carências materiais, além do evidente suporte concreto, podem se destacar iniciativas de gestores e de professores no que concerne ao aprendizado e à motivação para superar dificuldades. De certo, ações pedagógicas aliam-se a um profundo senso político-filosófico de educação, o qual direciona, respalda, anima, explica.

O referencial teórico apresentado abriga a ideia de que um processo formativo ancorado na perspectiva questionadora, humanista e que reflita o mundo real é capaz de influenciar a permanência, trazendo ao estudante alentos, estímulos, na medida em que o integra, o promove em face de um conhecimento no qual ele se percebe, compartilha, rebate, acrescenta.

Nesse horizonte, tendo em vista o perfil geral apresentado, ponderamos que a permanência nos estudos se relaciona a uma formação que acolha, represente, prepare técnica e humanisticamente em uma construção pessoal e social libertária. Ainda que não se tenham garantias de permanência e de conclusão dos estudos, posturas, decisões, políticas institucionais e iniciativas particulares podem reverter certas tendências.

Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Uberlândia, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Instituem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 31 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRITTO, Luiz Percival Leme *et al.* Conhecimento e formação nas IES periféricas perfil do aluno "novo" da educação superior. **Avaliação**, Campinas, v.13, n.3, p. 777-791, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado*. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas: Autores Associados, 2003.

_____; SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 1-12.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas: Alínea, 2007.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas, Gestão e Direito à Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 40(1), jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Francisco. Intelectuais, conhecimento e espaço público. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 125-132, set./dez. 2001.

PRIMÃO, Juliana Cristina Magnani. *Permanência na educação superior pública: o curso de Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop*. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 13-36.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. Permanência na educação superior: traçado dos estudos e faces da realidade. *Educação em foco*, Belo Horizonte, ano 18, n. 26, p. 43-68, dez. 2015.

VELOSO, Tereza. Christina Mertens Aguiar. *A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão*. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

SOBRE AS AUTORAS

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA é Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
E-mail: gracams2@hotmail.com

JACKELINE NASCIMENTO NORONHA DA LUZ é Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora substituta da mesma Universidade.
E-mail: jacke.lux@gmail.com

PATRÍCIA NOGUEIRA é Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
E-mail: patricianogueira.ppj@gmail.com

Recebido em: 20.07.2018
Aceito em: 27.09.2018